



INVESTIGAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DO AUTISTA EM ESCOLA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO-SE

Marcela Santos de Almeida¹
Maria Nascimento Silva Santos²
Gleice Fagundes de Oliveira³

GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

O tema do presente estudo é sobre inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito escolar. Tem como objetivo geral compreender como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos autistas em uma escola municipal de Tobias Barreto/SE. A metodologia apresenta a abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, descritiva e bibliográfica. Os instrumentos de coleta de dados foram observações sistemáticas e entrevista semiestruturada aplicados com sete professores que têm alunos autistas em sala de aula regular, e profissional da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os dados foram apresentados a partir de categorias a priori, através das entrevistas com os professores da sala regular. A partir desse estudo, verificou-se que os professores entrevistados não possuem especialização na área da educação inclusiva e também que têm muita dificuldade em trabalhar com alunos com TEA.

Palavras-chave: Autistas; Dificuldades de aprendizagem; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The subject of the present study is about the inclusion of the student with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the school context. Its main objective is to understand how the process of inclusion of autistic students in a Tobias Barreto / SE municipal school is taking place. The methodology presents the qualitative approach, with field research, descriptive and bibliographical. The data collection instruments were systematic observations and semi-structured interviews applied with seven teachers who have autistic students in the regular classroom, and professionals from the Specialized Educational Assistance (AEE) room. The data were presented from a priori categories, through interviews with the teachers of the regular room. From this study, it was verified that the interviewed teachers do not have specialization in the area of inclusive education and also that they have much difficulty in working with students with ASD.

Keywords: Autistic; Learning difficulties; Inclusive education.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA-UFS); Faculdades Integradas de Sergipe (FISE-Tobias Barreto/SE); Grupo de pesquisa Educon (UFS); <cecelabioalmeida@hotmail.com>.

² Graduada em Biologia (FISE/Tobias Barreto-SE); <marianascimento bio12@gmail.com>.

³ Graduada em Biologia (FISE/Tobias Barreto-SE); <gleicianafagundes@hotmail.com>.



1 INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo é sobre inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão escolar tem como objetivo incluir alunos com necessidades especiais na sala de aula regular ou especializada. Essa pesquisa foi realizada em uma escola municipal para saber como está ocorrendo o processo de inclusão de estudantes com TEA.

O autismo é um transtorno que afeta o desenvolvimento cognitivo das crianças que são acometidas por ele, causando assim, perdas de habilidades como a comunicação e a interação social, podendo causar grande déficit na aprendizagem do aluno (CUNHA, 2017).

Todavia, nem sempre a escola está devidamente adequada para receber alunos autistas (CUNHA, 2017). Para que aconteça a inclusão escolar é necessário que o ambiente também seja inclusivo, não só por causa dos recursos pedagógicos, mas principalmente pelos profissionais que fazem parte da escola. Diante da necessidade do meio escolar ser acolhedor e satisfatório, para que o processo de inclusão aconteça comumente nos deparamos com escolas totalmente despreparadas no que se refere à inclusão.

Um das peças mais importantes para que haja a inclusão é o professor. Ele precisa ter formação na área inclusiva para trabalhar com alunos que necessitam ser incluídos, como adverte Cunha (2017), não se faz inclusão sem falar da importância do professor, pois é essencial que o educador esteja preparado para trabalhar de maneira inclusiva. Todavia, percebe-se que há docentes que tem cursos de especialização, mas o mesmo não consegue desenvolver práticas que incluam o aluno autista.

Apesar das dificuldades que os autistas possuem em suas habilidades, isso não impede que eles possam desenvolver atividades e aprender. Pois, esse quadro pode ser revertido com a participação da família e professores dedicados, dispostos a educar essas crianças. Como está assegurado no Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011, no Art. 1º. Inciso I. Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis sem discriminação, e com base na igualdade de oportunidade (BRASIL, 2011).

Partindo dessa problemática, surgiram os seguintes questionamentos: como está ocorrendo o processo de inclusão de estudantes com Síndrome de Autismo em uma escola municipal de Tobias Barreto/SE? Os professores têm especialização para lidar com alunos autistas?

Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos autistas em uma escola municipal de Tobias Barreto/SE. E os objetivos



específicos são: identificar e analisar os desafios que os professores têm enfrentado ao trabalhar com a aprendizagem de alunos com autismo; investigar se os educadores têm especialização na área da Educação Inclusiva; e compreender como ocorre a ligação entre alunos autistas e a inclusão.

Esse trabalho tem como fontes de pesquisas livros, artigos e dissertações, baixados através de sites na internet. E como principais teóricos, Williams e Wright (2008), Silva (2012), Orrú (2012), Grandin (2016) e Cunha (2017).

A metodologia da pesquisa foi abordada a pesquisa de campo e descritiva, com observação estruturada e entrevista semiestruturada com professores de alunos autistas e profissionais da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em uma escola municipal de Tobias Barreto/SE.

A escolha desse tema foi motivada pela experiência da presente graduanda como profissional de apoio a uma criança autista em uma escola no município de Tobias Barreto/SE. Durante esse tempo, foram vivenciados alguns problemas que os professores enfrentam com o processo de inclusão desses discentes autistas.

Além disso, essa pesquisa é relevante para a área da Educação, Psicologia Escolar, Psicopedagogia e áreas afins, pois pode contribuir com mais discussões para a comunidade acadêmica, revelando os desafios que os educadores têm enfrentado ao trabalhar com estudantes com síndrome do autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escolarização da criança com autismo

Educar uma criança típica é fácil, porque ela aprende através de brincadeiras com a família, amigos e os professores no ambiente escolar, cria laços de amizades e desenvolve habilidades cognitivas e motoras. Já uma criança com autismo não consegue aprender dessa forma, o cérebro não absorve as informações como deveria, o que dificulta a aprendizagem (CUNHA, 2017).

O significado da palavra autismo, segundo Silva (2012), vem do grego, autos que significa voltar-se para si mesmo, e foi pronunciada pela primeira vez pelo psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1911 para relatar o comportamento dos seus pacientes que fugiam da realidade, e se fechavam no seu interior por sofrerem de esquizofrenia.



As características principais que são demonstradas pelos indivíduos que possuem TEA, são: evitam fazer contato visual, preferem o isolamento, não sorri, são inflexíveis a mudança da rotina, não demonstram sentimentos e ausência de pensamentos abstratos (TENENTE, 2017).

Os sintomas do autismo não se apresentam de uma única forma em todas as pessoas, ele tem várias formas de se manifestar, e nunca é igual de uma criança para outra (WILLIAMS; WRIGHT, 2008). De acordo com Silva (2012), os comportamentos dos autistas, incluindo também a socialização e a linguagem, apresentam um espectro de severidade e estão divididos em duas categorias, onde a primeira trata de comportamentos motores estereotipados e repetitivos, e o segundo está ligado a comportamentos cognitivos e disruptivos.

Conforme Tenente (2017) quanto à comunicação de uma criança autista, ela pode vir a desenvolver uma linguagem oralmente, ou falar somente poucas palavras, e em outros casos repetir frases iguais como ouviram, nesse caso chama-se ecolalia.

Dados estatísticos nos mostra, que o TEA acontece mais em meninos do que meninas, os números nos revela uma proporção de 04 meninos, para 01 menina. Já a Síndrome de Asperger, que é uma representação do Espectro Autista de grande funcionamento atinge dez vezes mais meninos, o porquê dessa tendência à ciência ainda não tem certeza, só hipóteses (SILVA, 2012).

Dessa forma, os desafios da inclusão de alunos com autismo na escola muitas vezes está ligada na relação docente e aluno, as dificuldades da inclusão não está somente na parte pedagógica, não se limita apenas no ofício de ensinar, mas, há também uma sequência de desafios, como por exemplo, no desenvolvimento de práticas que estejam voltadas para a inclusão deste aluno na escola, e os desafios para especialização dos profissionais que fazem parte da escola na área da inclusão (BENTES, et al. 2016).

Mesmo com todas essas dificuldades que as pessoas com autismos enfrentam, é na escola o melhor lugar para que eles possam desenvolver suas habilidades e superar seus limites. Mas, é preciso acreditar que eles são capazes de aprender e conseguir mudar seu futuro, só assim será feita a inclusão (CUNHA, 2017).

O processo de inclusão não é apenas colocar o aluno perante a sociedade e na sala de aula, mas fazer com que ele integre-se a essa nova realidade que não fazia parte da sua rotina (MACHADO; GALP, 2017). Dessa forma, incluir é permitir que esse indivíduo seja acolhido por todos aqueles que fazem parte da escola.



Cunha (2017) afirma que a escola é o ambiente propício para qualquer discente ampliar seus conhecimentos, desenvolver habilidades e ultrapassar suas metas, um abundante lugar onde proporciona a aprendizagem por meio da interação e do interesse.

Segundo Pletsch e Lima (2014), o ser humano só evolui na medida em que incorpora a cultura e faz uso dela através de sua linguagem, símbolos, ou outros objetos disponíveis no ambiente a onde esteja incluso. Pois, é por meio da inclusão que as crianças com autismo vão ter contato com vários hábitos, diferentes dos que elas estavam acostumados no convívio familiar.

Dessa forma, a educação das pessoas com autismo, não é para torna-los uma geração de robôs, mas deve estar voltada, para que eles sejam independentes o suficiente dentro dos seus limites. Portanto, a educação deve estar focada na aprendizagem e não nos resultados, pois, eles demoram a vim, e quando vem às vezes não é da maneira que esperávamos (CUNHA, 2017).

Sendo assim, é importante que o educador faça uma avaliação do aluno, quais são seus pontos fracos, para que se coloque em ação as estratégias de aprendizagem, a dedicação do professor vai fazer uma enorme diferença na vida dessas crianças (SILVA, 2012).

O tempo de atividades com o discente não pode ser longo e deve ser dividido em pequenas partes com atividades rápidas, porque tarefas grandes tornam-se cansativas e eles acabam se estressando (CUNHA, 2017). O aluno com autismo não conseguem ficar por muito tempo fazendo a mesma atividade, por isso o professor precisa ser bastante criativo, inovando sempre nas práticas pedagógicas.

E quando o docente for se dirigir ao aluno com autismo, é importante que ele fique a sua altura para que seja feito um contato visual, assim a criança volta sua atenção para a explicação e cumpra com as atividades e orientações do professor. Porém, para que o aluno autista se sinta estimulado, o professor precisa saber o que ele gosta de fazer, assim as atividades serão mais atrativas e com isso há uma melhora no aprendizado. “Procure saber quais os reais interesses do aluno com autismo e prepare materiais e atividades com esses temas” (SILVA, 2012, p.51).

Para Pletsch e Lima (2014), a inclusão de uma criança com autismo, vai além de colocá-la em uma sala de aula comum, é necessário promover para essa pessoa aprendizagens significativas, focando em seus potenciais, para que esse indivíduo mesmo com toda particularidade, seja capaz de aprender, pensar e sentir, e assim seja inserido em um grupo social.



Sendo assim, quando sonhamos com uma escola que garanta a participação e aprendizagem de todos os seus alunos sem exceção, é essencial sua reformulação, desfazendo as barreiras visíveis, por exemplo, a metodologia pedagógica, e as mais difíceis, as invisíveis, como o preconceito (BENTES, 2016).

2.3 Legislações sobre Educação Especial e Inclusiva com foco no Autismo

Segundo Orrú (2012), apesar de todas as dificuldades, o Estado têm elaborado Políticas Educacionais voltadas para o desenvolvimento do ser humano, que garanta um ensino com qualidade para todos. A história nos mostra que os indivíduos portadores de necessidades especiais eram deixados de lado socialmente, e impedidos de exercer suas habilidades como pessoas, os tinha como incapazes e doentes devido à influência de culturas onde prevalecia o bonito e perfeito.

A Educação Especial apareceu primeiramente no meado do século XVIII e início do XIX em países da Europa e América do Norte como instituição de natureza assistencial, com o intuito de manter as pessoas isoladas sem ter contato com outras. No Brasil, na época do Império já existia algumas instituições como a dos meninos cegos (1854), e a dos surdos (1857), e em 1926 surgiu o Instituto Pestalozzi com o atendimento voltado para crianças com deficiência mental (SILVA, 2017).

No Brasil, foi preciso muita determinação e coragem dos portadores de necessidades especiais, e o envolvimento de outras pessoas, para que eles tivessem seus direitos garantidos, como à saúde, à vida social, o trabalho e a educação, o que significa um enorme avanço no país, já que todos esses direitos são garantidos por lei (ORRÚ, 2012).

Como consta na Constituição Federal que foi publicada em 1988, onde afirma que a educação é direito de todos, como assim define: “Art. 205. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988, p. 124). Sendo assim, todo cidadão têm direito a uma vida digna, com educação de qualidade para que possa desenvolver suas habilidades e interagir socialmente, com o apoio de toda sociedade.

Em 1990, foi dado outro passo importante para a educação de portadores de necessidades especiais, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde ficou definido no “Art. 54- parágrafo III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, p.



31). É garantido o acesso a educação, com um atendimento direcionado para o indivíduo com necessidades especiais de acordo com suas peculiaridades.

Outro passo importante para a Educação Especial foi; a Declaração de Salamanca, que aconteceu na Espanha em 1994, onde ficou proclamado:

Reafirmamos o nosso compromisso para com a educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em educação Especial, em que pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (SALAMANCA, 1994, p.01).

Essa declaração deixa evidente que os governantes e organizações se comprometessem com a Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 assegurou aos alunos especiais quando necessário um profissional para lhe dar apoio no ambiente escolar, como assim descreve no capítulo V da Educação Especial, no Art. 58-parágrafo 1º. “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial” (BRASIL, 1996, p. 19). Dessa forma, sempre que necessário o discente tem o direito a um acompanhante quando estiver na escola, o que lhe assegura uma ajuda para lidar com suas necessidades especiais, quando não forem capazes de fazerem por si só.

No ano de 2008, foi implantada a Política Nacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando garantir os direitos dos alunos de Transtornos Globais do Desenvolvimento, onde estão incluídos os portadores de TEA. “Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 14).

De acordo com BRASIL (2012), Em 2012 foi aprovada a Lei 12.764, de 27 de Dezembro, também conhecida pelo nome de Lei Berenice Piana, em homenagem a uma mãe de autista que lutou para que seu filho, e os outros indivíduos com autismo tivessem direito a inclusão, sem nenhum tipo de preconceito, e que nenhuma escola se negue a ter em seu ambiente uma pessoa com autismo. Trata-se de uma lei muito importante e totalmente voltada para os autistas, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando os seus direitos.

3 METODOLOGIA



Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que é quando o pesquisador tem contato direto e mais extenso com o espaço e situação onde está sendo realizada a pesquisa, que se dá pelo trabalho intensivo no campo (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

O presente estudo consiste em uma pesquisa de campo e descritiva. Na pesquisa de campo o objeto de estudo é debatido em seu próprio ambiente, e os dados são coletados naturalmente onde os fenômenos acontecem, sem nenhuma interferência do pesquisador (SEVERINO, 2010). A pesquisa de campo foi realizada em uma escola municipal de Tobias Barreto/SE.

Na pesquisa descritiva o resultado da coleta de dados é repleto de relatos de pessoas, situações e acontecimentos, onde contém cópia de entrevistas, depoimentos, fotos, desenhos e uma grande variedade de extrato de documentos (LUDKE, ANDRÉ, 2013).

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo conduzir o investigador a se aproximar diretamente de tudo que já foi escrito, declarado ou filmado referente ao tema (MARCONI, LAKATOS, 2010). Foram utilizados nesta pesquisa artigos, livros e dissertações pesquisadas em sites.

Os procedimentos de coleta de dados utilizados foram: observações sistemáticas e entrevista semiestruturada. A observação sistemática é realizada de forma controlada com o intuito de obter respostas que foram prefixadas. Porém, as regras não devem uniformizar nem serem rigorosas demais, porque as situações conforme os objetos e objetivos da pesquisa talvez sejam diferentes (MARCONI, LAKATOS, 2010).

As observações sistemáticas foram realizadas durante o mês de setembro de 2017, foram observadas quatro aulas na sala de Atendimento Educacional Especializado. Primeiro ocorreram conversas com a direção e coordenação para um diagnóstico na escola, a fim de verificar a quantidade de professor e alunos autistas e salas de AEE. Nesse momento foi utilizado um diário de campo para anotar e descrever fatos relevantes que ocorressem durante as observações.

Depois foram realizadas entrevistas semiestruturadas, feitas através de uma estrutura básica, sem precisar de muito rigor para ser aplicada, permitindo que o entrevistador fizesse ajustes no momento da entrevista caso considerasse necessário (LUDKE, ANDRÉ, 2013).

Para as entrevistas foram elaborados um roteiro de entrevista-semiestruturada para todos os professores de disciplina diferentes das salas regulares, que tem alunos diagnosticados com TEA. O roteiro contém dados sobre o perfil do entrevistado e dez



perguntas sobre formação e dificuldades. As perguntas passaram por validação, foram aplicadas com três professores mestres da área de Educação. As entrevistas foram realizadas com sete professores de diversas matérias como português, ciências, história, inglês, matemática e pedagogia. Que têm em sala de aula regular alunos com TEA Os professores serão identificados por letras do alfabeto para garantir seu anonimato. Todos os professores assinaram um Termo de Compromisso Livre Esclarecido (TCLE).

Assim, as etapas da pesquisa foram quatro: primeiro foi realizada uma visita informal a escola, para pedir autorização ao diretor, para realização da pesquisa naquela escola. Na segunda parte, foi feita uma visita à escola para uma conversa informal com os professores. A terceira etapa foi realizada a aplicação das entrevistas, e por último a análise dos dados.

Para análise dos dados dos professores da sala regular, utilizamos a categoria a priori, que é um processo que compara os dados definidos frequentemente no processo inicial da análise, conduzindo e colecionando elementos semelhantes, assim, formando as categorias (MORAES, 2003).

4 RESULTADOS

4.1 Entrevistas com os professores da sala regular a partir das categorias a priori

Foram elaboradas duas categorias a priori, a partir das perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada para professores. A primeira categoria com cinco subcategorias, e a segunda com três subcategorias. Foram entrevistados sete professores sendo um deles do ensino fundamental I e outros seis do ensino fundamental II de varias matérias. As entrevistas foram feitas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de Tobias Barreto/ SE.

A primeira categoria é intitulada **1. Curso de Capacitação**. Essa categoria representa as atividades de formação continuada sobre TEA realizadas pelos docentes. Quando os professores foram questionados sobre ter formação com capacitação em TEA, todos responderam que não tinham esse tipo de curso.

O professor precisa ser especializado na área inclusiva, para que possa compreender o que acontece na sua sala de aula. Sendo assim, ele precisa sair do seu estado indiferente diante do processo de ensino/aprendizagem do aluno com autismo (ORRÚ, 2012).

A subcategoria **1.1 Preparação de Professor** aborda a importância da inclusão de alunos com TEA. Quando foram interrogados a respeito de preparação docente, todos



responderam que não estavam preparados para ministrar aulas para esses alunos especiais, como pode ser observado em alguns trechos das entrevistas:

Professor C: Porque o sistema não nos possibilita uma capacitação de forma que possamos participar, devido as nossas ocupações.

Professor E: o próprio sistema educacional não oferecem cursos para os educadores aprenderem e se preparem para recebê-los.

Professor F: os professores não têm oportunidade para participar de cursos de formação referente a esse tema.

É importante o preparo do profissional, assim, ele terá habilidade para avaliar o comportamento do aluno com autismo e da família, auxiliando na inserção dos alunos nas ações educativas, especialmente se não tiverem alcançado os resultados esperados, tanto no meio escolar como no familiar (CUNHA, 2017).

A subcategoria **1.2 Dificuldade no processo de inclusão de alunos com autismo** aborda os obstáculos que surgem durante o processo de inclusão de alunos com autismo. No momento da entrevista quando foi indagado aos educadores sobre as dificuldades da inclusão, três responderam que é a falta de conhecimento sobre o assunto; dois não sabem como ensinar alunos especiais; e dois citaram que a dificuldade é causada pela falta de material como quebra cabeça livros próprio etc. Segue algumas das respostas dos professores:

Professor B. a dificuldade de ter material didático com um conteúdo e planejamento para atender nas diferenças das aprendizagens.

Professor E: a falta de conhecimento sobre o assunto.

Professor F: a maior dificuldade é a falta de informação do professor, que precisa saber como lidar com esses alunos.

Diante dessas dificuldades, o professor não deve desanimar, pois, mesmo que o discente não aprenda completamente o que o educador procura ensinar, ele ainda está trabalhando a comunicação, a interação, os movimentos e a cognição. No processo de inclusão acontecerá erros e acertos, muitas vezes mais erros, porém o trabalho nunca será inútil, a dedicação é essencial para a superação das dificuldades (CUNHA, 2017).

A subcategoria **1.3 Formas de Melhorar o processo inclusivo**, debate de que forma o professor pode contribuir para melhorar o processo inclusivo, mesmo diante das adversidades. Aqui estão algumas das respostas.

Professor A: Gosto de interagir o aluno com os outros e faço atividades separadas para ele.

Professor B: conscientização e aceitação dos direitos dos alunos com autismo, de serem respeitados incluídos e ensinados nas suas diferenças.

Professor F: o educador pode levar toda a turma a compreender que o autista é um de nós, uma pessoa que precisa participar das nossas atividades diárias.



O educador pode trabalhar fazendo uma representação das emoções, essa técnica pode ser feita com qualquer grupo de aluno, tanto em escolas inclusivas ou não. O importante é que o professor busque novas formas de tornar as aulas mais atrativas, com isso melhorando a aprendizagem dos alunos (CUNHA, 2017).

A subcategoria 1.4 **Atividade na Sala de aula com seus alunos autistas**, os professores foram indagados sobre quais são as atividades que eles desenvolvem com seus alunos autistas, na sala de aula regular. Abaixo algumas das respostas dos professores sobre as atividades desenvolvidas por eles.

Professor B: atividades lógicas, jogos de montar, de consciência especial, corporal e coordenação, o meu aluno ainda está em processo de alfabetização, faço um planejamento adequado de acordo com o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Professor C: as atividades são de comunicação tento me comunicar o máximo possível com o meu aluno.

Professor E: Nenhuma. O cuidador passa atividades diferenciadas.

É importante que as atividades estimulem o desenvolvimento das habilidades dos discentes, e que sejam inseridas aos poucos, e não podem ser longas e cansativas, por que eles não ficam por muito tempo concentrados.

O professor pode usar tanto na sala de aula regular como na sala de recursos, atividades e objetos que estimulem os sentidos dos autistas, mesmo não sendo materiais pedagógicos, mas, que desempenhem algum efeito no comportamento do aluno (CUNHA, 2017).

A subcategoria 1.5 **Comportamento de Alunos Autistas em Sala de Aula Regular** questiona se o aluno portador de autismo na sala de aula regular atrapalha o prosseguimento da aula, e a aprendizagem dos demais alunos, como se evidencia nas respostas abaixo:

Professor C: em termo sim, pois o autista precisa de um bom acompanhamento e quando não há atrapalha sim.

Professor E: depende do grau do autismo, às vezes atrapalha, tendo um cuidador facilita o trabalho em sala.

Professor B: não atrapalha se o aluno tiver um cuidador. Minha experiência mostra que a convivência com esse aluno, desperta empatia e tolerância nos outros.

O comportamento dos autistas se deve por causa dos comprometimentos que a síndrome do autismo causa nesses indivíduos dependendo do grau. É relevante que, o professor procure formas de amenizar as atitudes comportamentais desses discentes inserindo objetos e brincadeiras que eles se sintam atraídos e incluídos nas aulas.



Os indivíduos portadores de autismo nem sempre conseguem separar as atitudes comportamentais entre o ambiente familiar e a escola, habitualmente utilizam as mesmas atitudes nos dois lugares. É necessário que a escola e família construam momentos amorosos que estimulem o comportamento correto, através de atividades recreativas e prazerosas (CUNHA, 2017).

A segunda categoria é denominada **2 Importância de Inclusão Escolar**. Essa categoria discutiu a relevância do processo da inclusão escolar de alunos portadores de TEA. Segue algumas respostas.

Professor A: eu acho excelente porque eles têm convívio com outros alunos.
Professor B: é importante pela socialização, para despertar as potencialidades. E o senso de convivência com as diferenças aos demais alunos.
Professor C: é importante para o melhoramento do próprio aluno.

É de suma importância à inclusão escolar dos autistas, uma vez, que eles irão conviver com outras pessoas, nessa convivência terão contato com novos hábitos, e conseqüentemente contribuirá para o desenvolvimento cognitivo e motor do aluno.

Incluir significa que você acredita que o ser humano é capaz de reconstruir a sua história. É o reflexo das nossas atitudes diante da sociedade, que iniciará o movimento de independência dessa pessoa (CUNHA, 2017).

A subcategoria **2.1 Escola Inclusiva**, essa categoria discorre sobre o que é necessário para que uma escola se torne inclusiva. Os professores indicam algumas das iniciativas que poderiam vir das escolas:

Professor A: deve abrir espaço para pessoas com deficiência, respeitando o próximo com amor.
Professor B: a estrutura física é importante, mais a estrutura humana é mais. Escola inclusiva é aquela que tem profissionais disposto a incluir.
Professor C: o aluno se sente bem e é aceito pelos demais.

Uma escola inclusiva necessita ter uma estrutura adequada para receber alunos com necessidades especiais, e que os profissionais do âmbito escolar interajam e estejam dispostos a incluir esses discentes, acreditando na capacidade que cada um tem de aprender.

Uma escola inclusiva deve ensinar para inclusão social, usando os recursos pedagógicos existentes nela. Dessa forma, introduzindo a família, e se consolidando como núcleo relevante de ações e de cidadania (CUNHA, 2017).

Na subcategoria **2.2 Acompanhamento na Sala de AEE** foi questionado aos professores, se os alunos autistas possuem algum acompanhamento especializado na escola.



Os resultados das entrevistas revelaram que cinco professores responderam que sim, e dois responderam que o aluno não tem acompanhamento especializado.

É importante que o aluno frequente a sala de AEE, uma vez que esse ambiente contribui no acréscimo e aprendizagem de maneira significativa para o desenvolvimento do discente.

O atendimento na sala de AEE procura produzir estratégias para possibilitar que o discente aprenda a utilizar os conhecimentos adquiridos, e que favoreça a sua atuação na sala de aula comum. Cabe ao educador da sala especializada conhecer as peculiaridades do aluno, e planejar o atendimento de forma que facilite o processo inclusivo (MATOS, 2012).

A subcategoria **2.3- Quais Resultados da Inclusão**, essa categoria aborda se o processo de inclusão de alunos autistas têm dado bons resultados. Os educadores citaram os positivos e os negativos. Segue algumas respostas dos resultados positivos

Professor A: eles são pessoas muito carinhosas, devemos respeitá-los mesmo com sua própria deficiência.

Professor F: os resultados desses processos são bons, destaca a interação de tratarem os deficientes como um colega que merece atenção, respeito e oportunidade de aprender.

Professor E: o aluno torna-se capaz de desenvolver tarefas simples que antes de frequentar a escola não tinha entendimento.

Contudo, os professores também indicaram alguns pontos negativos, como se pode ver nas falas abaixo:

Professor A: pessoas que não aceita que seus filhos tenham autismo.

Professor F: observar a falta de oportunidade para reeducar, e que possa se qualificar para lidar com esses alunos em sala de aula.

Professor E: corpo docente e equipe escolar despreparado para receber muitos alunos.

O processo inclusivo é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, sendo que é através dessa inclusão que eles têm a oportunidade de mudar a sua história.

Ao incluir um aluno com autismo na escola, estamos acreditando no seu desenvolvimento, como a capacidade de aprendizagem e habilidades, a convivência com outros colegas... Todos esses fatores fazem com que a inclusão seja de fato determinante na vida dessas pessoas com necessidades especiais. No entanto, sempre respeitando os limites de cada um (PLETSCH; LIMA, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nesta pesquisa, procurou-se compreender de que forma está ocorrendo o processo de inclusão de alunos com autismo em uma escola municipal em Tobias Barreto/SE. Analisou-se quais são as dificuldades que os professores encontram em trabalhar com estudantes autistas, e buscou-se averiguar se os educadores possuíam cursos de formação na área inclusiva para lidar com pessoas com TEA.

Foi identificado através deste trabalho, que nenhum dos professores da sala regular participantes dessa pesquisa não possui curso de especialização na área da Educação Inclusiva. A falta de especialização dos docentes na área da Educação Inclusiva pode gerar dificuldades, em se trabalhar com alunos autistas, pois não possuem conhecimento sobre as práticas pedagógicas adequadas aos educandos autistas.

Fora observado que os professores da sala regular têm pouca habilidade em se trabalhar com alunos autistas. Sendo que a principal causa é a falta de especialização na área inclusiva.

Dessa forma, entende-se que a formação continuada deve ser repensada por esses professores, uma vez que para lidar com discentes autistas é preciso muito comprometimento e responsabilidade com a sua aprendizagem. É a partir disso que surge o desenvolvimento das habilidades, e com isso futuramente o aluno conseguirá a sua autonomia dentro dos seus limites, sendo assim, inserido na sociedade.

Nota-se como ponto positivo, mesmo diante de algumas dificuldades, os educadores entendem a importância da inclusão escolar de alunos com autismo, porque é através dessa inclusão que eles terão a oportunidade de participarem da vida social. E como ponto negativo, a falta de estrutura de algumas escolas que não estão preparadas para receber esses alunos com autismo, tanto na estrutura física como pedagógica que não estão capacitados para recebê-los. E a falta de materiais adequados, e suficientes para trabalhar com indivíduos com TEA.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com a expansão da construção do conhecimento e reflexões sobre a relevância do tema, despertando o interesse no âmbito educacional e em áreas afins.

REFERÊNCIAS

BENTES, C. C. A.; BARBOSA, D. C.; FONSECA, J. R. M.; BEZERRA, L. C. A Família no Processo de Inclusão Social da Criança e do Adolescente com Autismo: Desafios na sociedade contemporânea. **Intertem@ Social**, v. 11, n. 11, 2016.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado. Disponível em 29. Julho. 2017.

----- Casa Civil. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. www.crianca.mppr.mp.br. Disponível em 25. Agosto. 2017.

----- Casa civil. **Declaração de Salamanca (1994)**. planalto.gov.br/ccivil. Disponível em 01. Julho. 2017.

----- Casa civil. **LEI Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. www.planalto.gov.br/ccivil. Disponível em 25. Agosto. 2017.

----- Ministério da Educação. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portal. Mec.gov.br/ 2008. Disponível em 29. Julho. 2017.

----- **A Educação Escolar Especial na Perspectiva da Inclusão:** Transtornos Globais do Desenvolvimento. Portal. mec.gov.br. Disponível em 17.julho.2017.

----- Casa Civil. **DECRETO Nº -7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. www.planalto.gov.br/ccivil. Disponível em 01/07/17.

----- Casa Civil. **Lei 12.764 de 27 de Dezembro de 2012**. www.planalto.gov.br/ccivil. Disponível em 24. agosto.2017.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Ed.7ª, wak, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, A, B, H. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999. Disponível em 03. Outubro. 2017.

GRANDIN, T.; PANEK, R. **O cérebro Autista**, ed.5ª, Record. Rio de Janeiro, 2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagem qualitativa. Ed. 2ª, EPU, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, K.; GLAP, L. **O professor e os desafios no ensino aprendizagem da criança Espectro Autistas**. iessa. edu.br. Disponível em 13. Julho. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 7ª, atlas, São Paulo, 2010.

MATOS, I. S. **Formação continuada dos professores do AEE-saberes e práticas pedagógicas para inclusão e permanência de alunos com surda cegueira na escola**. Fortaleza: Universidade Estadual Do Ceará, 2012 - uece.br. Disponível em 14.outubro.2017.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em 14.novembro. 2017.



ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Ed. 3ª, Wak, Rio de Janeiro, 2012.

PLETSH, M. D.; LIMA, M. F. Costa. A Inclusão Escolar de Alunos com Autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica. **Póiesis Pedagógica**, 2014 - revistas. ufg.br. Disponível em 13.julho.2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** Ed. 23ª, Cortez, São Paulo. 2007.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Tadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro. Objetiva, 2012.

SILVA, M. M. da. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. 2017 - **Id on Line Rev. Psic.** V.11, N. 35. Disponível em 13. Julho. 2017.

TENENTE, L. B. **A visão da Escola Sobre a Inclusão de Criança com Autismo.** 2017 - tede. pucsp.br. Disponível em 21. Julho. 2017.

WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias práticas para pais e profissionais.** M. Books, São Paulo, 2008.